

Kehinde fala de um lugar distante: a errância, a criouliização e o letramento da protagonista de *Um defeito de cor*

*Kehinde speaks from a distance place: the wandering,
the creolization and the literacy of the protagonist
of Um defeito de cor*

Vanessa Didolich Cristani
Universidade Federal Fluminense (UFF)
vdcristani@id.uff.br
<https://orcid.org/0009-0008-2536-5010>

RESUMO

Este artigo traz uma reflexão sobre o romance histórico *Um defeito de cor* (2018), de Ana Maria Gonçalves, através dos deslocamentos da personagem-protagonista Kehinde, que se inicia com a travessia África-Brasil, sendo este, o país onde será escravizada. Travessia que se tornou comumente à personagem, pois seu circuito itinerante remete-se às viagens que a narradora necessita fazer, na maioria das vezes em busca do filho perdido, vendido como escravizado pelo pai. Do ponto de vista teórico, seus deslocamentos remetem-se à errância, conceito cunhado por Édouard Glissant (2017), e que contribuíram na construção de sua identidade híbrida, característica da qual Glissant (2017) chama de criouliização e que neste artigo utiliza-se a personagem gonçalviana para retratá-la como elemento que ajudou a construir a identidade negra, demarcada pelo fluxo da travessia. A memória, que se revela através do relato, da carta-testemunho de Kehinde, passa pela oralidade como premissa da mesma, e as duas, transformam-se em história, porque o romance revela-se como importante documento. Espera-se, desta forma, contribuir para a reflexão do romance enquanto arquivo de histórias outras e da importância de Kehinde como uma personagem negra que alcançou as vitórias através do letramento, e obteve a cidadania, muito através da intelectualidade, ajudando na formação do *éthos* nacional.

Palavras-chave: errância; criouliização; letramento; carta.

ABSTRACT

This article reflects on the historical novel *Um defeito de cor* (2018), written by Ana Maria Gonçalves through the journeys of the protagonist Kehinde, which begins with the Africa-Brazil crossing, the country where she will be enslaved. A journey that became common to the character, as her itinerant circuit refers to the trips that the narrator needs to make, most of the time in search of her lost son, sold into slavery by his father. From a theoretical point of view, her movements refer to wandering, a concept coined by Édouard Glissant (2017), and which contributed to the construction of her hybrid identity,

a characteristic that Glissant (2017) calls creolization and which in this article is used to portray the Gonçalves character as an element that helped to build the black woman, demarcated by the flow of the crossing. Memory, which is revealed through Kehinde's story, her testimony letter, passes through orality as its premises, and both become history, because the novel reveals itself as an important document. In this way, we hope to contribute to reflecting on the novel as an archive of other stories and the importance of Kehinde as a black character who achieved victories through literacy, and obtained citizenship, through intellectuality, helping in the formation of the national *éthos*.

Keywords: wandering; creolization; literacy; letter.

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos de Kehinde/Luiza, protagonista do romance histórico, *Um defeito de cor* (2018), de Ana Maria Gonçalves, remetem-se à errância que Édouard Glissant (2017), define como movimento, um circuito, choque e relação advindas do tráfico negreiro que transformou as Américas, crioualizando-as, outro conceito do teórico nascido na Martinica (2005; 2017), utilizado neste artigo.

A diáspora africana redefiniu identidades, pois o fluxo da travessia proliferou pluralidades que constituíram a formação da cultura brasileira, uma cultura das encruzilhadas, como refere-se Leda Maria Martins (2021), ou exuzilhada, neologismo criado por Cidinha da Silva (2022), que neste artigo é utilizado como conceito para definir a formação da protagonista.

A carta ditada de Kehinde representa a oralidade, inerente à cultura africana, que segundo Martins (2021) é índice de sabedoria, além de representar um elemento dos viajantes, artifício pelo qual eles podem divagar e relatar sua intimidade, e que no caso de *Um defeito de cor*, compõe-se em importante documento, (mesmo) através da fabulação de Gonçalves. O romance (re)cria histórias comumente esquecidas, resgatando ou restaurando, a memória coletiva, que parte da oralidade.

Imbricada em sua constituição plural e quebrando o paradigma moderno/colonial, Kehinde vai em busca de seu letramento e adentra na intelectualidade, encurta o afastamento social, do qual este artigo simboliza como seu lugar distante, pois ela quebra a barreira de classe, raça e gênero, na insurgência da desobediência epistêmica proposta por Walter Mignolo (2008). A partir destas explanações, busca-se reler o romance de Gonçalves, haja vista sua importância para o debate acadêmico, através desta personagem

que busca seu agenciamento por meio de suas raízes epistemológicas e ao mesmo tempo crioulizadas.

LUGAR DISTANTE: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Falar de um lugar distante é desafiar a lei do poder, do que é imposto como padrão, ordem, apenas uma maneira de olhar o mundo. Embrenhados nesse lugar distante, os sujeitos caminantes, viajantes, errantes constituem suas identidades antes pela insubordinação, pois rompem com o espaço político pré-definido historicamente, e reivindicam o processo de identidade de estar no mundo como uma relação com o outro e não apenas como um espelho que reflete um rosto determinado e que reluta em aceitar o outro como um também reflexo.

Kehinde/Luiza, a protagonista do romance histórico *Um defeito de cor* (2018), da escritora mineira Ana Maria Gonçalves, fala desse lugar distante, de afastamento social, provocando o inesperado através de seu letramento, de seu amor pelos livros e pela palavra, tanto dita, pois narra a uma interlocutora sua trajetória de vida, com o objetivo de que seu relato chegue às mãos de Luiz/Omotunde, seu filho perdido, vendido como escravizado pelo pai aos sete anos. Além disso, sua carta-biografia para além do narrado, constituiu-se em imprescindível documento do seu cotidiano e de outras pessoas, que, assim como ela, habitavam o lugar distante. O amor da heroína gonçalviana dá-se também pela escrita, pois redige um livro em tempos impossíveis para uma ex-escravizada. Kehinde cria uma outra vida para si, diferentemente do futuro que soterrou tantos cativos africanos como ela, apagados pelo horror do tráfico negreiro. Ela, pode-se afirmar, foi exceção, encurtou o distanciamento do lugar, aquele no qual ela não deveria ter-se atrevido a entrar. Porém, entrou e estabeleceu-se.

Esse lugar distante começa em Savalu, reino de Daomé, África. É lá que Kehinde nasce e vive até os seis, quase sete anos. Após a invasão de sua casa pelos guerreiros do rei Adandozan, que acreditam ser sua avó uma bruxa, ocorre a primeira cena de violência que ela presencia: a morte do irmão Kokumo e o estupro e assassinato da mãe Dúróoríke. Posteriormente à tragédia ela, a irmã gêmea Taiwo e a avó Dúrójaiye, vão para Uidá, tornando-se, assim, o primeiro de seus vários deslocamentos ao longo do romance.

Estabelecidas na costa africana, ela e Taiwo aproximam-se do forte português da cidade para avistar um cortejo que naquele momento recebia um navio do estrangeiro e

são capturadas rumo ao Brasil, especificamente São Salvador, onde será vendida como escravizada de companhia da sinhazinha Maria Clara, filha do sinhô José Carlos, dono de uma fazenda em Itaparica (a avó e Taiwo morrem durante a travessia). Ali é estuprada por José Carlos e engravida de Banjokô, que morre aos sete anos, quando Kehinde já está liberta, vivendo um relacionamento com o português Alberto, pai de Luiz. Em busca do filho, a protagonista rumo ao Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Campinas, volta à São Salvador, regressa à África, e faz sua derradeira viagem de volta ao Brasil, quando cria a ideia de narrar sua trajetória em formato epistolar. Seus deslocamentos refletem uma espécie de rito-resistência, sem começo, meio e fim; espiralar.

Os fluxos geográficos da heroína gonçalviana são derivados da diáspora negra. A autora não teme recriá-la ao périplo de Kehinde, como uma parábola da procura, essa, típica do gênero romance, e que a personagem vivencia por meio da transformação do seu corpo, que ao longo da trajetória transforma-se em corpo geográfico, um mapa político, porque também intrínseco à identidade, que se adapta aos diversos locais pelos quais percorreu. Deslocamento e movimento, portanto, modelaram identidades através do fluxo da travessia, que se constituiu em continuidades e alteridades.

Os deslocamentos de nossa heroína foram em sua maioria compulsórios — a primeira vez que decide viajar por vontade própria é na volta à África —, mas algo que se exprime como inerente, conclusão que chega, quando está de volta ao país natal: “Eu tinha a sensação de ser sempre uma viajante, por causa de tantos lugares que conheci sem adotar nenhum em definitivo, enquanto a maioria dos pretos quase nunca se afastava da casa dos donos, principalmente os que iam para as fazendas” (Gonçalves, 2018, p. 710). Ela refere-se à imobilidade social que afetava as pessoas escravizadas, ao mesmo tempo em que seguiu caminho inverso, sem local fixo, o que entendemos como analogia à teoria da errância de Édouard Glissant que diz: “la raíz no importa, sino el movimiento¹” (2017, p. 48-49), isto é, a colonização coloca os corpos negros em trânsito contínuo; a origem, porém, não é abandonada, mas recriada por movimentos relacionais de agenciamentos fundados na proximidade e na relação de alteridade.

As viagens de Kehinde são as errâncias iniciadas pela violência em Savalu à violência física, epistêmica, ontológica da modernidade/colonialidade, linha histórica insolúvel, surgida a partir das grandes navegações europeias que exploraram as Américas

¹ Tradução nossa: “A raiz não importa, mas o movimento”.

no século XV. Através da perspectiva decolonial, advinda de questionamentos de pensadores latino-americanos, como Aníbal Quijano² (2005), a modernidade/colonialidade, constituiu-se através de relações de poder entre colonizador (superior) e colonizado (inferior), que ele chama de colonialidade do poder, atrelada ao mundo capitalista e eurocêntrico, pois além do controle mercantil, a dominação europeia suplantou a episteme dos colonizados.

A diáspora africana alterou a noção de pertencimento dos sujeitos e suas identidades refundaram-se como construtos híbridos, cujos nós não se encontram em um ponto fixo, mas se entrelaçam em uma espiral imprevisível, que Glissant (2017) chama de identidade rizoma, uma oposição à identidade raiz única, conceito baseado no pensamento raiz única e pensamento rizoma desenvolvido pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, na obra *Mil Platôs* (1980). A ideia é a de que enquanto a raiz única aniquila seu entorno, a rizomática vai ao encontro de outras raízes, formando a Relação.

La raíz es única, es un gajo que abarca todo y mata alrededor; ellos le oponen el rizoma que es una raíz diversificada, extendida en redes en la tierra o en el aire, sin que ningún brote intervenga como su predador irremediable. La noción de rizoma mantendría entonces el hecho del arraigo, pero recusaría la idea de una raíz totalitaria. El pensamiento del rizoma estaría en el comienzo de aquello que llamo una poética de la Relación, según la cual toda identidad se despliega en una relación con el Otro (Glissant, 2017, p. 45).³

Do processo de “entremezclamiento” (Glissant, 2017, p. 121), mistura (*tradução nossa*), distensão, modulação, relação, choque com o Outro, Glissant (2017) cria o conceito de crioulização, ligado ao tráfico de africanos escravizados, na medida em que o conceito, pensado por ele como Poética da Relação, possui um papel transformador. Segundo o escritor martinicano (2005), a crioulização formou a Neo-América; juntamente a ela, a Meso-América, dos autóctones, e a Euro-América, dos que vieram do continente europeu e aqui preservaram seus costumes. Postas em contato, imbricaram-se,

² Quijano (2005) ainda argumenta a ideia da modernidade/colonialidade como a colonialidade do poder baseada no etnocentrismo, isto é, na fundamentação de que a raça foi uma maneira de outorgar legitimidade e naturalização às relações de dominação/hierarquia impostas pela conquista.

³ Tradução nossa: “A raiz é única, é um segmento que engloba tudo e mata por aí; opõem-se ao rizoma, que é uma raiz diversificada, espalhada em redes no solo ou no ar, sem que nenhum broto interfira como seu predador irremediável. A noção de rizoma manteria então o fato do enraizamento, mas rejeitaria a ideia de uma raiz totalitária. O pensamento do rizoma estaria no início do que chamo de uma poética da Relação, segundo a qual toda identidade se desdobra em uma relação com o Outro”.

e as culturas africanas censuradas, precisaram ressignificar seus símbolos (linguagem, cultura etc.).

Kehinde é paradoxal, por isso tão encantadora quanto complexa. No Brasil, ela afirma todo o tempo sua identidade africana, mas criouliiza-se à medida em que se influencia pelos hábitos do país, como a religiosidade católica. Padrão social análogo à ressignificação simbólica, o sincretismo religioso é uma das marcas da personagem, que alude-se à própria ideia de formação cultural do Brasil. Kehinde ziguezagueia por meio da devoção exuzilhada⁴ da travessia entre os dois continentes, com o que a formou, suas raízes, e do que foi formada, o processo de criouliização no Brasil, ou como ensina Leda Maria Martins pela via das encruzilhadas, que é como ela define a constituição dos valores epistêmicos formados pelos que chegaram ao Brasil vindos de África.

É pela via das encruzilhadas que também se tece a identidade afro-brasileira, num processo vital móvel, identidade que pode ser pensada como um tecido e uma textura, em que as falas e gestos mnemônicos dos arquivos orais africanos, no processo dinâmico de interação com o outro, transformam-se, e reatualizam-se, continuamente, em novos e diferenciados rituais de linguagem e de expressão, coreografando as singularidades e alteridades negras. [...]. A cultura negra é uma cultura das encruzilhadas (Martins, 2020, p. 32).

Kehinde carrega a religiosidade exuzilhada, das encruzilhadas, portanto, à África. No país natal, adentra à sociedade africana, quando se torna uma famosa construtora, com a empresa Casas da Bahia, que como diz o nome, toma como modelo as casas brasileiras. Adaptada à sociedade de brasileiros de Uidá, torna-se membra do Comitê Brasileiro da cidade, que tinha como finalidade conservar os costumes do antigo país, como a organização das festas do Senhor do Bonfim. Ela, porém, faz questão de comemorar o aniversário de um ano de seus filhos gêmeos (concebidos na travessia de volta) em sua nova casa, celebrado em cerimônia católica, para logo após, tratar com a ialorixá Íyá Kumani o sacrifício de carneiros para Xangô e o encontro com um sacerdote egungum (religião da avó) para fazer um culto a seus mortos.

No Brasil, a protagonista reafirma todo o tempo seu nome Kehinde, negando qualquer tipo de nome cristão, uma vez que foge do batismo assim que desembarca em terras brasileiras. Em África, assume-se brasileira, adotando o nome Luiza, o qual ela

⁴ Exuzilhada vem de “Exuzilhar”, “verbo-neologismo”, como define a escritora Cidinha da Silva (2022, s/p), “criado a partir de uma brincadeira com os nomes Exu e encruzilhada” (Silva, 2022, s/p).

escolheu no momento de sua compra por José Carlos. Desta forma, em ambos os locais, ela assegura uma identidade que foge à ideia imperial de matriz *una* — uma vez que a diáspora desestrutura este pensamento eurocêntrico —, conduzida pelos ideários da criouliização, que evoca as subjetividades e pluralidades das pessoas abatidas pelo tráfico negreiro, e, que, em seu caso, realizou-se através de sua condição itinerante e dos trânsitos que compuseram suas experiências, uma tradução ao que Glissant chama de caos-mundo ou “as poéticas do caos” (Glissant, 2005, p. 97), como ele define, com o objetivo de alcançar uma imprevisibilidade, típica da criouliização.

A este exemplo, o ensaísta martinicano (2005) cita a música *jazz*, surgida nos Estados Unidos no século XIX, como resultado da imprevisibilidade da criouliização, ao aliar instrumentos adotados pelos africanos, abastecida pelos rastros de suas memórias. No Brasil, o samba, o congado e outros ritmos descendentes da cultura africana carregam a diversidade do folclore nacional; são cancioneiros-memória, circundados pelos rastros da oralidade: “Na complexidade de sua textualidade oral e na oralitura da memória os rizomas africanos inseminaram o corpus simbólico europeu e engravidaram as terras das Américas” (Martins, 2021, p. 31).

A oralidade, característica dos contadores de história, é premissa da memória, pois a linguagem oral cria o sentido de memória, tanto individual, como coletiva. Ao ser sequestrado de sua terra natal o “migrante nu”, como definiu Glissant (Glissant, 2005, p. 17) ao povo africano, não levou seus objetos como ocorreu aos migrantes europeus, mas sim a força da memória, na qual a linguagem oral representa o transmissor, sendo “sopro, hálito, dicção, acontecimento e performance, índice de sabedoria” (Martins, 2021, p. 184).

A carta-testemunho de Kehinde, que carrega a contação de uma história, parte de um desejo pessoal: relatar sua história ao filho. Tanto mãe, quanto filho, fabulados por Gonçalves, são supostamente Luiza Mahin, africana que participou da Revolta dos Malês e Luiz Gama, advogado e abolicionista. Gonçalves, portanto, (re)cria a história de uma maternidade perdida, comum aos escravizados, por meio da oralidade africana, tendo a carta como fonte, uma vez que foi um dos grandes recursos utilizados pelos cativos para a comunicação à época. Segundo Silva a missiva é vista “sobretudo pela crítica francesa como ‘escrita do eu’, a carta reforça a noção de indivíduo” (Silva, 2017, p. 78).

A motivação íntima da protagonista gonçalviana, seu diário-epístola, revela sua privacidade, e em seu caso e dos escravizados, materializa seus agenciamentos. As cartas foram um dos grandes recursos utilizados pelos cativos para a comunicação, servindo

como informes de suas condições, como o encarceramento e pedidos de alforria. Ela também representa a itinerância dos viajantes, recurso em que eles permitem-se narrar, fazer versos, apontamentos.

Da intimidade, a carta transforma-se em objeto de interlocução, documento raro, hoje visto como arquivo do período, que ilustra o cotidiano e a vida privada dos escravizados. Segundo Eurídice Figueiredo, o arquivo é hipomnésico “ou seja, é documento ou monumento, tanto a cidade em suas construções e seus monumentos quanto o livro (as folhas esparsas e o próprio romance) seriam arquivos (Figueiredo, 2021, p. 164). Figueiredo refere-se à construção da obra de Gonçalves, quando a autora informa que encontrou um manuscrito, conhecido no prólogo do romance: folhas esparsas advindas da Igreja do Sacramento, em Itaparica na Bahia, que citavam nomes referentes aos malês. Segundo Gonçalves, o documento estava escrito em português antigo, com “letras miúdas e muito desenhadas, uma escrita contínua, quase sem fôlego ou pontuação” (Gonçalves, 2018, p. 15), que continha a história de “uma escrava muito especial”, como relata: “Mesmo porque esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução” (Gonçalves, 2018, p. 16).

A partir desta descoberta, a autora redireciona a história que primeiramente iria contar (sobre os malês), pautando-se na figura dessa escravizada. Para Silva, este mecanismo formula-se como “clássica estratégia literária [...], isto é, fonte documental da história narrada” (Silva, 2017, p. 38) e que:

Seria da ordem do inédito, já que por uma série de motivos⁵, no Brasil quase não herdamos dos séculos passados registros, diários ou autobiografias produzidos pelos negros e negras escravizados⁶. Para o desenvolvimento de seus trabalhos os historiadores, apoiam-se em fontes variadas – como pronunciamentos em sessões parlamentares, certidões de batismo, cartas de alforria, inventários, processos criminais, ações de liberdade, livros de registro dos navios negreiros, das alfândegas ou das Casas de Correção da Corte, entre outras –, que, no entanto, possuem em comum o fato de constituírem como documentos em que, normalmente, a voz do escravizado e da escravizada,

⁵ A obstrução dos escravizados ao universo letrado e a existência de um mecanismo deliberado de subtração dos papéis concernentes ao funcionamento e à memória do regime escravista são justificadas para essa falta, que particulariza o Brasil no contexto dos séculos XIX e XX, e os distancia, por exemplo, dos EUA, onde é possível encontrar registros significativos desse tipo.

⁶ Uma das exceções a isso é o relato de Mahommah Baquaqua. BAQUAQUA, Mahommah Gardo. Biografia e narrativa do ex-escravizado afro-brasileiro Mahommah Gardo Baquaqua. Trad. Robert Krueger. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

aparece mediada (ou apenas subentendida) pela intervenção de outrem (Silva, 2017, p. 38).

O romance de Gonçalves é, portanto, carta, diário, testemunho, documento, que mesmo tecido tal ficção documental, alia o social e o político, uma vez que pensa a formação do Estado através de vozes comumentes apagadas do cenário literário, histórico e político. A obra, pois, desconstrói o padrão canônico de representação de personagens negros na literatura brasileira, especialmente de mulheres negras, as quais passaram pelo imaginário de escritores descendentes dos colonizadores europeus, e que abraçaram o projeto de branqueamento da população local, através de teorias racistas de Arthur de Gobineau. Desta forma, o romance pode ser lido como uma contranarrativa, pois reposiciona lugares pré-estabelecidos e acompanha desde a infância à velhice a trajetória de uma personagem feminina que viveu os terrores da escravização, chegando às vitórias.

Enquanto documento, portanto, *Um defeito de cor* interconecta a memória individual à coletiva, porque Kehinde percorre o caminho entre a subjetividade de sua narrativa, entrecruzada ao significado épico da história coletiva. O romance transforma a memória em história e reivindica que a formação do Estado, também passou pelos descendentes africanos aqui escravizados, pois ela é capaz de formar identidades.

A partir do momento em que surge alguma forma de Estado e de escrita, a memória se transforma em história e se torna parte indispensável da identidade de um povo, classe, nação, instituição e da legitimidade do poder constituído. A partir deste momento, a memória individual, memória “oral” familiar é considerada como um dos tantos “materiais” para a construção da história de uma coletividade. Sem este processo não haveria coletividade, porque não haveria identidades coletivas (Tosi, 2010, p. 8).

O arquivo criado por Ana Maria Gonçalves coloca Kehinde como Sujeita ativa da história, aquela que enxerga, ouve e comunica, pois ao relato uterino, junta-se a formação de uma memória que abrange a coletividade, já que o romance traça uma cartografia de histórias, que, se foram esquecidas, precisam ser contadas. “Pois a raça, tanto na série literária, quanto na série social, é também uma via para pensar as cidades, os silêncios, a constituição nacional, a modernidade, a melancolia, o gênero e a sexualidade, o território, a economia etc.” (Miranda, 2019, p. 22). A personagem descreve hábitos, lugares, sentimentos, objetos, características comuns aos escravizados dando-lhes identidade ao confluir suas experiências formando o sentido de comunidade.

LUGAR DISTANTE: O INESPERADO

Kehinde alfabetiza-se ainda criança na fazenda, enquanto companhia da sinhazinha Maria Clara. “Fiquei feliz por poder assistir às aulas na qualidade de acompanhante da sinhazinha, e tratei de aproveitar muito bem a oportunidade” (Gonçalves, 2018, p. 92). Seu mentor e figura importante em sua história é o escravizado muçurumim (muçulmano) Fatumbi⁷ que trabalhava na cidade para o sinhô José Carlos. Desta forma, Kehinde incorpora a educação à sua vida, ao passo que seu letramento torna-se um serviço do bem comum, como relata:

Quando fomos nos deitar, perguntei às minhas companheiras se queriam que eu lesse um pouco, já que tínhamos velas, e elas disseram que sim. Eu já estava conseguindo ler muitas páginas do livro do Fatumbi, embora não entendesse as palavras mais complicadas. Gostava de ler para elas porque sempre alguém comentava a leitura, e naquele dia foi a vez da Rosa Mina. Foi ela quem conseguiu entender as palavras do padre Antônio Vieira, dizendo que ele estava muito certo, que na vida nós deveríamos ser como o sal. A carne que comíamos não era salgada? O sal era para ela não estragar, e nós também precisamos ser assim, fazer a nossa parte para conservar as coisas boas, tanto para nós quanto para as pessoas que vivem ao nosso redor (Gonçalves, 2018, p. 123).

A menina refaz com os dedos no chão da biblioteca da casa-grande as palavras ensinadas por Fatumbi e iniciava ali um processo que seria fundamental para a sua sobrevivência: a alfabetização, contrariando os desígnios sociais coloniais que segregavam os escravizados os impedindo à cidadania, e quebra a barreira no processo de autorreconhecimento como Sujeita. Portanto, sua fala, que advém de um lugar distante é o do afastamento social, no qual ela encurta (ou modifica) sendo uma rebelde com a efetivação da “desobediência epistêmica”, conceito-insubordinação, sugerido por Walter Mignolo, criando outros/novos imaginários. O pensador argentino baseia-se em duas teses:

A primeira, a identidade NA política (melhor do que política de identidade), é um movimento necessário de pensamento e ação no sentido de romper as grades da moderna teoria política (na Europa desde Maquiavel), que é — mesmo que não se perceba — racista e patriarcal por negar o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores (em termos de gênero, raça, sexualidade, etc). A segunda tese se fundamenta no fato de que essas pessoas, consideradas inferiores, tiveram negado o agenciamento epistêmico pela mesma razão. Assim, toda mudança de descolonização política (não-racistas,

⁷ Fatumbi convoca Kehinde para participar da Revolta dos Malês e acaba morrendo durante o intento.

não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica (Mignolo, 2008, p. 287).

O poder da literatura, a força da palavra e da educação, a eficácia do destemor em arriscar a desafiar o estado de coisas são articulações do romance que irrompem a estrutura moderna/colonial, admitindo o agenciamento da protagonista, criando à narradora uma identidade também na política (podemos resgatar o fato d’ela ter entrado na sociedade africana). Vista como inferior, o imaginário foi o seu suporte, o fio condutor e a nau do conhecimento compartilhado. Imaginem! – diz Glissant, em sua *Poética da Relação*. A imaginação, como metáfora da viagem, da errância e da insubordinação de Kehinde, foi primordial para ela vencer os obstáculos e abrir novas possibilidades. É nisso que se detém as letras, e foi por este caminho que ela seguiu.

Um de seus primeiros passos em busca de maior conhecimento foi a livraria do senhor Mongie, na rua do Ouvidor, quando chega ao Rio de Janeiro. Ela conquista o interesse do francês, que passa a indicar-lhe publicações, como a Bíblia Sagrada. O livro sagrado à remete às suas primeiras instruções, pois Fatumbi lhe apresenta as orações do padre Antônio Vieira, a Ave Maria e o Pai Nosso. Os livros e jornais tornam-se hábitos, que ela não perderá mesmo cega, em África.

Na corte, enquanto lê folhetins, passatempo predileto quando monta uma barraca para vender panos da costa, Kehinde conhece o escritor Joaquim Manuel de Macedo. A relação de carinho entre o autor e uma ex-escravizada, inicia-se a partir das histórias escritas no jornal, e torna-se uma ótima sacada de Kehinde para iniciar um diálogo:

Ele parecia simpático e resolvi perguntar se queria publicar o livro no jornal e ele respondeu que sim, que o jornal precisava começar a publicar histórias escritas por brasileiros. Eu comentei que acompanhava todos os folhetins, e depois do espanto inicial ele quis saber a minha opinião sobre eles. [...] O doutor Joaquim ficou muito impressionado com o que eu disse e resolveu nos acompanhar, já que faríamos o mesmo trajeto, e foi dividindo a atenção entre a curiosidade a respeito da *cantarina* e a vontade de me falar do seu livro (Gonçalves, 2018, p. 698-699).

Ela não só criou laços de amizade com o doutor Joaquim como ajudou o escritor a nomear sua protagonista em *A Moreninha*, como expõe ao filho, com mistura de orgulho e legado:

Sabe de uma coisa da qual muito me orgulho? De ter dado o nome à mocinha do livro, que ele chamava apenas de “moreninha”, por não ter conseguido ainda encontrar um nome que combinasse com ela. Não sei o motivo, mas enquanto ele lia para mim os trechos que descreviam a moça, eu a imaginava

como sendo a Carolina, a filha mais velha da sinhazinha, já que naquela época as duas tinham a mesma idade. E assim ficou sendo, a moreninha que conquistou o coração do mocinho que se fazia de durão ficou sendo Carolina. É uma história romântica e bonita, que tanto a Carolina como a sinhazinha poderiam ter vivido, ainda mais por se passar quase toda em uma ilha que eu logo imaginei sendo a Ilha de Itaparica. Mas não vou falar mais nada da história, vou deixar que você mesmo leia no livro que me foi dado pelo próprio doutor Joaquim, de uma edição que ele mandou reproduzir apenas para poucos amigos, assim que todo o folhetim foi publicado no *Jornal do Commercio* (Gonçalves, 2018, p. 699).

O romance de Macedo, publicado em 1844, retrata a circulação da burguesia carioca entre festas, namoros e casamentos, o que faz de seu livro um espelho para essa sociedade, principalmente às moças leitoras dos folhetins. O não pertencimento de Kehinde à casta, a faz lembrar da sinhazinha e da filha, essas legitimadas socialmente. A sinhazinha só a chama de Luiza, seu nome cristão, identidade forjada aos escravizados desembarcados. Porém, parte de Kehinde batizar a heroína do autor; ironicamente algo tão caro a ela. Ao dar o nome de Carolina à protagonista da obra, a narradora gonçalviana cria a identidade da personagem, ao contrário do que ocorreu a ela. Subverte a lógica colonial, reivindica seu espaço dentro da história literária e efetiva sua rebeldia epistêmica, muito porque *A Moreninha*, marco do romantismo brasileiro, também ajudou a formar a identidade nacional.

Se a carta que escreve ao filho representa não só sua história de vida, mas também a voz daqueles que falam de um lugar distante, o que dizer da ideia de escrever um livro? Um outro livro (ou segundo) contando a história do Padre Voador? Kehinde atravessa mais essa fronteira. Quando está no Maranhão para sua iniciação vodúnsi, na Roça da sinhá Romana, conhece Kuanza, que lhe conta a história do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão⁸, dono de seu pai, e que tinha o sonho de construir uma máquina voadora. Kehinde organiza os papéis dados pelo amigo, ouve seus relatos e durante sua travessia em busca do filho escreve o livro. “Eu estava curiosa para ler os papéis do Kuanza, mas, além da falta de tempo, não queria começar sem ele, pois achei que havia muitas coisas a acrescentar ao que estava escrito. Além do mais, a parte interessada era ele, que vinha guardando tudo com imenso cuidado na esperança de que aparecesse alguém letrado e paciente” (Gonçalves, 2018, p. 618).

⁸ Quando está em Santos escreve o livro a partir do manuscrito recebido por Kuanza, crioulo ingênuo (nascido livre). O manuscrito pertenceu ao padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, para quem o pai de Kuanza havia trabalhado. O padre Bartolomeu ficou conhecido como padre voador, por ter inventado a passarola, espécie de dirigível, que voou com êxito em 1709. Ele é um dos personagens do romance *Memorial do Convento* (1982), de José Saramago.

Ao ser reconhecida como letrada, ela preenche um vazio classista (também de raça e gênero) ao qual pertencia e desafia a elite intelectual alocando-se, ela, à intelectualidade. Ao elucidar a leitura e a escrita como atividades enobrecedoras, de fortalecimento, a narradora, uma vez mais, transmuta o desenvolvimento epistemológico individual para o coletivo, haja vista a postura modificada de Kuanza ao carregar os papéis do manuscrito: “Durante todo o trajeto, o Kuanza ficou abraçado a um maço de papéis que carregava como um valioso tesouro, com grande cuidado. [...] Desde que tínhamos saído da Roça ele manteve uma postura muito diferente da que eu me lembrava nele, com o tronco reto e os olhos levantados, quase mirando as nuvens, o que me fez perceber o quanto aquilo era importante para ele” (Gonçalves, 2018, p. 616).

Como uma das facetas da narradora de Gonçalves é a formação da identidade através da insígnia do conhecimento e das variações de pertencimento, a autora demonstra na obra que a vida de Kehinde é pautada pelas discrepâncias que a diáspora causou em termos de relações na formação das nações pertencentes à colonialidade. Sua identidade plural, portanto, concretiza-se através de territorializações e desterritorializações, como corrobora Eurídice Figueiredo: “Ao longo de sua vida, os agenciamentos se manifestam em forma de territorializações e desterritorializações, fluxos, que se não evitam o sofrimento, a impulsionam sempre a buscar soluções para seus dramas” (Figueiredo, 2020, p. 162).

Com a ajuda de seu letramento e a força da memória territorial ela cria a primeira de tantas soluções. Após a morte de José Carlos (que tem o órgão picado por uma cobra, ao que indica a ajuda da avó, em espécie de vingança pelo estupro, pois o animal representa Dan, a serpente sagrada, do sacerdócio vodúnsi) a sinhá Ana Felipa muda-se para São Salvador, levando alguns escravizados, dentre eles, Kehinde, que estava grávida. Assim que Banjokô nasce, Ana Felipa empresta aos Clegg, família inglesa vizinha a seu solar. A menina aprende a fazer *cookies* que passa a vender quando se torna escravizada de ganho da sinhá, o que demonstra criatividade, já que sua ideia foi pioneira entre as vendedoras de rua. Mesmo com o sucesso dos *cookies*, ela cria outra ideia insólita: oferecer o produto na loja de importados do senhor Rui Pereira, criando um pseudônimo: Missis K., “que era eu mesma, mas ele não tinha como saber” (Gonçalves, 2018, p. 274), ao inventar uma sinhá da qual ela era a representante.

A construção epistemológica da heroína gonçalviana aliada a seus recursos engenhosos para ultrapassar os obstáculos, demonstram que a autora buscou uma solução positivada ao contar a história do povo negro, escravizado. A carta de Kehinde é uma

viagem de aventura, demarca alteridades, ultrapassa fronteiras, recria a memória e é encenação pública enquanto Kehinde Sujeita, onde ela se permite divagar e representa a travessia onde se arquitetou uma vida, repleta de percalços causados pela escravização e pela violência física e ontológica. Ao inserir-se como pensadora, partindo da ideia de relatar suas conquistas ao filho e resgatar a história do padre voador por meio do desejo do amigo negro, ela rasga silêncios, uma vez que a narradora é de Exu e possui o poder da verbalização.

Segundo Ianni (2003) é na literatura que a viagem se torna a metáfora mais frequente e diferenciada que se realiza ao longo das narrativas. *Um defeito de cor* é um romance linear, porém cercado de símbolos. Objetos, lendas, mitos, a força do feminino, da comunidade, do espaço íntimo das personagens se enquadram em uma visão diversa e relacional. Imaginativa, como nos provoca Glissant e como Ianni expõe:

À medida que viaja, o viajante se desenraíza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa (Ianni, 2003, p. 31).

O relato de Kehinde, sua carta, liga o passado ao presente, porque é documento, que se fabulou, revela-se assim mesmo imprescindível, pois à personagem são permitidas digressões; o verdadeiro livre-arbítrio, pois o pensamento liberta, e neste caso, humaniza. A obra de Ana Maria Gonçalves ao mesmo tempo é reta, pois é trajeto, ao mesmo tempo é errante, pois imprevisível. O pensamento da errância engloba o relativo, como no caso de Kehinde, de vivências orgânicas; espiralares. No processo de pensamento não há chegada. Neste *continuum*, Ana Maria Gonçalves reescreve e resgata uma história, através do simbolismo de sua personagem-protagonista que reivindica seu lugar dentro do *éthos* da nação. Tudo o que se carrega, se guarda, tudo o que se constitui, se transforma, se perde e sempre se encontra.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLISSANT, Édouard. *Poética de la relación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.
IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Niterói. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, ago, 2008.

MIRANDA, Fernanda. *Silêncios prEscritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

SILVA, Cidinha da. *Exuzilhar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

SILVA, Fabiana Carneiro da. *Maternidade negra em Um defeito de cor: História, corpo e nacionalismo como questões literárias*. 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOSI, Guisepe. Memória, História e Esquecimento. A função educativa de memória histórica. In: RUIZ, Castor. *Direito à Justiça, Memória e Reparação*. A condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.

Recebido em: 22/01/2024

Aceito em: 28/04/2024

Vanessa Didolich Cristani: Jornalista e mestra em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF), área de concentração em Estudos Literários, subárea em Literatura Brasileira e Teoria da Literatura. Atua em áreas de pesquisa como gênero, raça, história e memória. Possui pós-graduação em Jornalismo Literário pelo Centro de Educação Superior de Blumenau (CESBLU).